

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SAIN

Exercício de 2005

1. Gestão Operacional / Finalística

1.1. Competências Legais e Regimentais - Missão Institucional

NATUREZA JURÍDICA: Órgão da Administração Direta

CATEGORIA: A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, cuja missão institucional consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.

FINALIDADES ESSENCIAIS / ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS - Portaria GMF nº 318, de 20.11.2001 (v. **informações adicionais**):

I - acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;

II - analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;

III - participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;

IV - planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;

V - analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;

VI - acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;

VII - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;

VIII - participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

IX - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio e investimentos;

X - participar de negociações, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, em matéria de comércio e investimentos;

XI - acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;

XII - acompanhar as ações do Ministério da Fazenda na área de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório;

XIII - exercer a Secretaria-Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; e

XIV - apoiar a Presidência do Comitê de Crédito às Exportações - CCEX e coordenar o financiamento oficial às exportações.

Em 12 de agosto de 2005, foi editado o Decreto nº 5.510, que, entre outras providências, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda. O Art. 7º do Decreto determina que os regimentos internos do Ministério da Fazenda deverão ser aprovados pelo Ministro de Estado e publicados no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias, contado da data da publicação do Decreto.

Informamos que o novo regimento interno da SAIN ainda não foi aprovado, tendo em vista que esta Secretaria solicitou, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sejam providenciadas alterações no citado Decreto, nos campos que tratam de suas competências e de sua estrutura regimental. Tendo em vista que o MP ainda não se manifestou a respeito das referidas solicitações, o regimento interno em vigor continua sendo aquele anexo à Portaria GMF nº 318, de 20.11.2001, cujas atribuições não correspondem integralmente às atividades desenvolvidas pela SAIN.

Esclarecemos que, atualmente, competem à SAIN as seguintes atribuições:

I - acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;

II - analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;

III - analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;

IV - acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;

V - participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;

VI - assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COFIG;

VII - autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, nos termos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor;

VIII - exercer atribuições relativas ao SCE, além daquela mencionada no inciso anterior, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE, para a execução de todos os serviços a ele relacionados;

IX - adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE;

X - adotar as providências necessárias, como mandatária da União, para a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE;

XI - contratar, a critério da Secretaria, instituição habilitada a operar o SCE ou advogado, no País ou no exterior, para a prática de todos os atos necessários à execução do disposto no inciso anterior;

XII - participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;

XIII - participar, no âmbito do COMACE, das negociações de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;

XIV - assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COMACE;

XV - participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;

XVI - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na coordenação de políticas macroeconômicas;

XVII - participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

XVIII - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;

XIX - participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;

XX - acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, em conjunto com os demais órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;

XXI - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório; e

XXII - participar de negociações em matéria de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais.

1.2. Público Alvo dos Processos Gerenciais

Os públicos alvos dos processos gerenciais da Secretaria são o Ministro da Fazenda, os Ministérios, a Presidência da República e instituições internacionais.

1.3. Vinculações com o Plano Plurianual - Vinculação Programática

No Plano Plurianual 2000/2003, a ação desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda definida como “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais” encontrava-se inserida no Programa Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito.

A partir do Plano Plurianual 2004/2007, a referida ação passou a estar inserida no âmbito do Programa “Gestão da Política Econômica” do Ministério da Fazenda, sob a coordenação da Secretaria de Política Econômica.

Como a missão principal da Secretaria é assessorar o Ministro da Fazenda nas diversas negociações internacionais, as metas previstas para o exercício de 2005 foram 189 (cento e oitenta e nove) negociações, tendo sido 75 (setenta e cinco) previstas pelo Gabinete e Assessoria, 21 (vinte e uma) pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, 8 (oito) pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos, e 85 (oitenta e cinco), em conjunto, pelas Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Coordenação-Geral de Defesa Comercial. As metas realizadas no exercício foram 179 (cento e setenta e nove) negociações, tendo sido 69 (sessenta e nove) realizadas pelo Gabinete e Assessoria, 19 (dezenove) pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, 10 (dez) pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos, e 81 (oitenta e uma), em conjunto, pelas Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Coordenação-Geral de Defesa Comercial.

Além da ação acima mencionada, a SAIN passou a desenvolver, a partir do exercício de 2005, a ação “Gestão e Administração do Programa”, também inserida no Programa “Gestão da Política Econômica”, cujo objetivo é custear despesas administrativas.

1.4. Resultados - Incidência Social

1.4.1. GABINETE

(v. Anexos I a IV - Metas Previstas e Realizadas)

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de diversos eventos e negociações no exterior, inclusive representando ou acompanhando o Ministro da Fazenda.

1.4.1.1. Participação em reuniões e seminários no exterior

- 1.1. Reunião de Alto Nível à Venezuela, Caracas (Venezuela), de 22 a 23 janeiro de 2005.
- 1.2. Fórum sobre Parcerias para uma Cooperação para o Desenvolvimento mais Efetivo, organizado pelo CAD/OCDE; Proferir Palestra no XX Encontro de Economia, Palma de Mallorca (Espanha); e Encontros no âmbito dos Grupos G7 e G8, Paris (França) e Londres (Inglaterra), de 30 de janeiro a 6 de fevereiro de 2005.
- 1.3. Acompanhar o Ministro da Fazenda em Visita Presidencial de Estado, Caracas (Venezuela), de 13 a 15 de fevereiro de 2005.
- 1.4. Reunião de Recomposição da IDA-14, Washington, DC (EUA), de 21 a 24 de fevereiro de 2005.
- 1.5. II Reunião de Alto Nível sobre Ajuda ao Desenvolvimento, Paris (França), de 27 de fevereiro a 3 de março de 2005.
- 1.6. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL, Assunção (Paraguai), de 8 a 10 de março de 2005.

- 1.7. Reuniões da *International Economic Cooperation for a Balanced World Economy*; e Reunião Anual do G-20, Chongqing (China), de 10 a 18 de março de 2005.
- 1.8. Acompanhar o Ministro da Fazenda na Reunião de Primavera do Instituto Financeiro Internacional, Madri (Espanha); Reunião com o Banco Mundial, *Development Committee*, Paris (França); e Reunião com o Fundo Monetário Internacional - FMI, Londres (Inglaterra), de 30 de março a 7 de abril de 2005.
- 1.9. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Perspectivas Econômicas de Curto Prazo do Comitê de Políticas Econômicas da OCDE, Paris (França), de 9 a 14 de abril de 2005.
- 1.10. Fórum Econômico França-Brasil, Paris (França); Reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, Washington, DC (EUA); Acompanhar o Ministro da Fazenda em reuniões com investidores estrangeiros; e Reunião do *2005 Brazil Summit*, Nova Iorque (EUA), de 12 a 21 de abril de 2005.
- 1.11. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL, Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), de 2 a 6 de maio de 2005.
- 1.12. Reunião Trilateral - Brasil, Argentina e Venezuela, Buenos Aires (Argentina), de 8 a 10 de maio de 2005.
- 1.13. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL, Santiago (Chile), de 8 a 11 de maio de 2005.
- 1.14. Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Convergência Estrutural e Financiamento do Processo de Integração, Montevideu (Uruguai), de 30 de maio a 1º de junho de 2005.
- 1.15. Reunião dos Grupos G-7 e G-8, juntamente com a África do Sul, Índia e China; Acompanhar o Ministro da Fazenda no Encontro com o Ministro de Economia e Produção da Argentina; Reunião Trilateral - Brasil, Argentina e Venezuela; e Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL, Londres (Inglaterra) e Buenos Aires, (Argentina), de 9 a 14 de junho de 2005.
- 1.16. XXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum; Reunião de Cúpula de Chefes de Estados Associados, Assunção (Paraguai), de 18 a 21 de junho de 2005.
- 1.17. Conjunto de Reuniões da Sessão Especial do Conselho de Serviços da OMC, Rodada de Doha, Genebra (Suíça), de 19 de junho a 3 de julho de 2005.
- 1.18. Seminário do G-20 sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento ao Desenvolvimento, Rio de Janeiro (Brasil), de 29 de junho a 1 de julho de 2005.
- 1.19. Seminário *The Evolving Role of The Bretton Woods Institutions: Where do We Stand?*, Paris (França), de 3 a 7 de julho de 2005.
- 1.20. Reuniões com Empresários Franceses; Fórum Econômico Brasil-França; Reunião no Clube de Paris; Encontro com o Ministro das Finanças da França; e Encontro com a Delegação brasileira da OMC, Genebra (Suíça), de 11 a 20 de julho de 2005.
- 1.21. Seminário do G-20 sobre Crescimento Econômico, Pretória (África do Sul), de 2 a 7 de agosto de 2005.
- 1.22. Seminário do G-20 sobre Desafios Demográficos e Migração, Sidney (Austrália), de 27 a 28 de agosto de 2005.

- 1.23. Reunião Preparatória à Reunião do Clube de Paris para Negociação da Dívida da Nigéria e de Angola com os representantes Suplentes de Ministros da Fazenda e de Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Paris (França) e Dalian (China), de 28 de agosto a 4 de setembro de 2005.
- 1.24. Reunião de *Deputies* da IDA; Reunião de Representantes do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e Reunião do Clube de Paris para Negociação da Dívida de Angola, da Nigéria e da República Democrática do Congo, Paris (França) e Londres (Inglaterra), de 10 a 16 de setembro de 2005.
- 1.25. Reunião de Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, Montevideu (Uruguai), de 14 a 16 de setembro de 2005.
- 1.26. Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; Reunião do Comitê Monetário e Financeiro Internacional; Reunião do Comitê de Desenvolvimento do G-24; Reunião com Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G8 + Brasil, Índia, China e África do Sul; e eventos paralelos, Washington DC (EUA), de 20 a 27 de setembro de 2005.
- 1.27. Acompanhar o Ministério das Relações Exteriores nas Reuniões de Promoção e Proteção de Investimentos com os governos do Uruguai e Argentina, Montevideu, (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), de 21 a 28 de setembro de 2005.
- 1.28. Reunião Ministerial do G-20, *Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting*, Grand Epoch City (China); e Debate com Empresários Franceses, no *Institut de l'Entreprise*, Paris (França), de 12 a 21 de outubro de 2005.
- 1.29. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL e Estados Associados; e I Reunião Plenária REDIMA II, Montevideu, (Uruguai) e Santiago (Chile), de 6 a 9 de novembro de 2005.
- 1.30. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL, Buenos Aires (Argentina), de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2005.
- 1.31. Acompanhar o Ministro da Fazenda em reuniões no âmbito do Encontro de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-7, Londres (Inglaterra), de 1º a 4 de dezembro de 2005.
- 1.32. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL; Reuniões de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Montevideu (Uruguai), de 4 a 7 de dezembro de 2005.

1.4.1.2. Notas Técnicas

- Oferta revisada em serviços financeiros para a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Oferta em serviços financeiros para a 6ª Rodada de Negociações do Grupo de Serviços do MERCOSUL.
- Redução das alíquotas de importação de bens de capital.
- Elevação das alíquotas de importação de calçados.
- Fim do imposto de exportação incidente sobre castanha de caju *in natura*.
- Revisão do cronograma de desgravação do imposto de exportação sobre o couro *wet blue*.

1.4.1.3. Operações com Organismos Internacionais

- Avaliação das carteiras do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da revisão da Estratégia de Assistência ao País.
- Manifestação sobre modificações e/ou inovações nas políticas do Banco Mundial.
- Negociação de operações de empréstimos programáticos com o Banco Mundial, baseados no ajuste da previdência social e na política habitacional, com a elaboração das Cartas de Política e negociação das minutas contratuais e matriz de políticas.
- Acompanhamento da Missão da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE, que realizou diversas visitas ao País, com o objetivo de preparar um Relatório Econômico sobre o Brasil.

1.4.1.4. Políticas de Organismos Internacionais

- FMI/Banco Mundial: participação nas Reuniões de Primavera e Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial; discussão das propostas das políticas a serem adotadas e definição das posições brasileiras nesses fóruns; e encaminhamento dos votos solicitados ao Governador brasileiro nos dois Organismos.
- G-20: participação nas reuniões preparatórias do G-20 e elaboração de documentos para subsidiar a participação do Ministro da Fazenda na Reunião Ministerial do G-20, que congrega Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais de 20 países.
- G-24: participação nas reuniões do grupo de 24 países para a discussão de propostas de políticas a serem encaminhadas pelo Grupo para os Comitês Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e de Desenvolvimento.

1.4.1.5. Seminários no Brasil

- Seminário do G-20 - Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento, Rio de Janeiro, de 29 de junho a 1º de julho de 2005 (organização e participação).
- Seminário *Group for Growth*, Rio de Janeiro, dia 2 de agosto de 2005 (organização e participação).
- *OECD Conference - Investment for Development: Making It Happen*, Rio de Janeiro, de 25 a 27 de outubro de 2005 (organização e participação).

1.4.1.6. Ponto de Contato Nacional

O Ponto de Contato Nacional - PCN, destinado a promover e implementar as Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, foi instituído pela Portaria nº 92/MF, de 12.05.2003. O PCN Brasil é formado por representantes de 9 (nove) Ministérios e do Banco Central do Brasil e coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O grupo colegiado tem a função de receber denúncias e negociar com as partes uma solução para problemas de implementação das Diretrizes da OCDE em relação a pontos específicos da conduta industrial. Em 2005, apenas uma denúncia foi apresentada, a saber, referente ao tema ambiental. Outros dois processos encontram-se em fase de análise e decisão.

Em 2005, o PCN Brasil realizou 3 (três) reuniões, sendo 2 (duas) no primeiro semestre e uma no segundo, onde foram amplamente discutidas e revisadas 2 (duas) Resoluções, para posterior publicação. Uma das Resoluções trata da forma de apresentação de denúncias ao Ponto de Contato Nacional e a outra da criação de grupo para cooperação no estabelecimento de estratégias e atividades de implementação das Diretrizes da OCDE no Brasil. O PCN tem procurado, cada vez mais, abrir espaço para o debate, bem como dar assistência à comunidade empresarial, às organizações sindicais e a outras partes interessadas na resolução dessas questões, de maneira eficaz, em conformidade com o quadro legal aplicável.

Além disso, em junho de 2005, o PCN Brasil participou, em Paris, do Encontro Anual de Pontos de Contato Nacionais dos 37 países signatários das Diretrizes da OCDE. Na ocasião, foi apresentado e discutido o Relatório das Atividades no Brasil, relativas ao período 2004-2005.

1.4.1.7. Comentário a respeito do Demonstrativo de Metas

Em função de restrições orçamentárias da Secretaria, algumas das metas previstas não puderam ser realizadas, inclusive pelo fato de que houve demanda pela participação do Secretário e técnicos em eventos não previstos para 2005, mas que se apresentaram prioritários em relação a outros programados para o exercício.

Demonstrativo de Metas Previstas e Realizadas (v. Anexos I a XIV)

Metas Previstas

Anexo I

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Robério Carlos

Cargo: Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade	2	4	3	2
2- Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade	1	1	3	2
3- Reuniões do Banco Mundial	Unidade	2	3	3	2
4- Reuniões do FMI	Unidade	1	2	2	1
5- Reuniões da OCDE	Unidade	1	1	2	2
6- Negociações Bilaterais	Unidade	2	4	4	2
7- Reuniões da OMC	Unidade	1	1	1	1
8- Conferências Internacionais	Unidade	1	1	1	1
9- Reuniões no Clube de Paris	Unidade	0	0	2	1
10- Reuniões do G-7 e do G-8	Unidade	0	1	0	1

Obs: Todos os itens se referem a negociações

Metas Realizadas

Anexo II

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Robério Carlos

Cargo: Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade (%)	1 (50%)	6 (150%)	1 (33%)	4 (200%)
2- Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade (%)	2 (200%)	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
3- Reuniões do Banco Mundial	Unidade (%)	1 (50%)	2 (66%)	4 (133%)	0 (0%)
4- Reuniões do FMI	Unidade (%)	0 (0%)	2 (100%)	1 (50%)	0 (0%)
5- OCDE	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
6- Negociações Bilaterais	Unidade (%)	4 (200%)	4 (100%)	4 (100%)	2 (100%)
7- Reuniões da OMC	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)
8- Conferências Internacionais	Unidade (%)	4 (400%)	1 (100%)	2 (200%)	2 (200%)
9- Reuniões no Clube de Paris	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	3 (150%)	0 (0%)
10- Reuniões do G-7 e do G-8	Unidade (%)	1 (200%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

A não realização de algumas metas previstas deve-se principalmente ao fato de que houve demanda pela participação do Secretário em eventos não previstos para 2005, mas que se apresentaram prioritários em relação a outros programados para o exercício.

1.4.1.A Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais - ASIC (v. Anexos III e IV - Metas Previstas e Realizadas)

Esta Assessoria, de caráter não institucional, está vinculada ao Gabinete da Secretaria e atua nos seguintes temas de sua competência: negociações sobre comércio e acesso a mercado em Serviços, Investimentos e Compras Governamentais. Para tanto, trabalha em conjunto com a Coordenação-Geral de Comércio Exterior nos diversos fóruns internacionais, subsidiando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Atua, ainda, em uma agenda positiva, o que inclui contatos com o setor privado nos temas de sua competência. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas e a elaboração de Notas e Pareceres.

1.4.1.A.1. CAMEX - GECEX

A ASIC contribuiu com a Coordenação-Geral de Comércio Exterior, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nos temas de sua competência.

1.4.1.A.2. Serviços

Em 2005, devido às demandas, o foco principal das atividades esteve concentrado nesta área. Destaquem-se os seguintes trabalhos produzidos, que envolveram consultas ao setor privado e coordenação com outras áreas do Governo:

a) Levantamento sobre os Interesses Ofensivos Brasileiros nos Mercados Externos - foram identificados setores com interesse exportador nacional. Esse trabalho será apresentado aos demais Ministérios envolvidos nas negociações externas, em especial o Ministério das Relações Exteriores (MRE);

b) *Benchmarks* para as Negociações de Serviços da OMC - no contexto da rodada Doha, a SAIN procurou construir um contraponto à proposta da União Européia de estabelecer parâmetros para avaliar as ofertas em Serviços, que poderá ser utilizado em 2006 a depender do andamento dessas negociações; e

c) Levantamento de Setores em Serviços com possibilidades de melhora de ofertas nas negociações internacionais – foram identificados diversos setores cujos compromissos podem ser melhorados nas negociações internacionais - o que, em parte substancial dos casos, não implica liberalização adicional. O objetivo de uma melhor consolidação de compromissos, além de obter concessões de outras partes da negociação, é o de promover a atração de investimentos. Foram identificados setores como Educação, Saúde, Serviços de Meio Ambiente e Cabotagem.

Quanto à Rodada Doha da OMC, a SAIN participou somente de 1 (um) dos 3 (três) *clusters* (conjunto de reuniões) de Serviços. Contudo, essa participação envolveu um intenso trabalho no Brasil: na área de Serviços Financeiros, em conjunto com o Banco Central do Brasil (BACEN), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e, no contexto geral, com diversos Ministérios, dentre os quais o Ministério das Relações Exteriores, na preparação da oferta revisada brasileira. Posteriormente, nas negociações, essa atuação abarcou a defesa e explicação dessa oferta revisada, além da apresentação de demandas a outros países.

No Grupo de Serviços do MERCOSUL, a SAIN acompanhou e participou das negociações relativas à VI Rodada de Negociações, com o mandato de aprofundar os compromissos específicos dos Estados-Partes em matéria de liberalização do setor de serviços. Novamente, houve coordenação com o BACEN, a SUSEP e a CVM nos temas afetos a Serviços Financeiros. Foram feitos pedidos a Argentina, Paraguai e Uruguai, sobretudo na área de seguros, bem como foram elaboradas respostas aos pedidos dos sócios em relação à oferta brasileira. A lista brasileira de compromissos específicos foi enviada aos sócios pelo MRE; no entanto, decidiu-se prorrogar a Rodada por mais 6 (seis) meses, no intuito de buscar avanços mais significativos nos compromissos entre os Estados-Partes.

1.4.1.A.3. Investimentos

Dentro de uma estratégia para retomar os trabalhos do Subgrupo Técnico do MERCOSUL sobre Investimentos (SGT-12), coordenado, no Brasil, pelo Ministério da Fazenda e tecnicamente paralisado desde o ano 2000, foram realizadas reuniões bilaterais com a Argentina e o Uruguai. O objetivo é restaurar o processo de coordenação, intercâmbio técnico e revisão dos instrumentos de integração do bloco neste assunto. Esse esforço contou com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Promoveram-se, ainda, reuniões de coordenação no Brasil com os diversos órgãos interessados no tema. A presente fase do MERCOSUL, entretanto, não permitiu os resultados esperados em 2005.

Em outra frente, a SAIN participou do III Grupo de Trabalho Interministerial sobre Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPIS), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores. Os acordos de investimento foram pauta de algumas reuniões da CAMEX, onde se mandou o trabalho interministerial de elaboração de um APPI-modelo que levasse em conta os problemas dos acordos de investimento anteriores assinados pelo Brasil, relatados pelo II GT sobre APPIS. O III GTI chegou a uma proposta de APPI-modelo, que deve ser negociada com o Congresso em 2006 pelo MRE, para que, então, possa ser utilizada na renegociação dos acordos já assinados pelo País ou na negociação de novos acordos.

1.4.1.A.4. Compras Governamentais

No contexto do MERCOSUL, em função de divergências entre os países do bloco, poucas reuniões do Grupo de Contratações Públicas foram realizadas. A SAIN, por limitações orçamentárias e de agenda, não pôde participar das referidas reuniões.

Nesse tema, a atuação da SAIN, em 2005, concentrou-se no Grupo Técnico Interministerial (GTI) sobre OFFSET, cujo objetivo é formular a Política Nacional de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica nas aquisições de produtos de uso civil e de defesa e nas concessões públicas (OFFSET). Esse GTI é coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sendo os representantes do Ministério da Fazenda a Secretaria de Assuntos Internacionais e a Secretaria do Tesouro Nacional. As atividades do grupo concentraram-se em discussões e estudos para a conclusão da proposta de uma legislação nacional sobre o tema. O Grupo realizou 11 (onze) reuniões em 2005. Os resultados, no entanto, não foram expressivos. Até o momento, não houve acordo entre os diversos Ministérios em relação a alguns elementos-chave no desenho de uma eventual política nacional de OFFSET. O Grupo reiniciará suas atividades em janeiro de 2006 com o planejamento de chegar a um acordo preliminar sobre os princípios e fundamentos da referida política para, a partir de então, aprofundar a discussão para questões mais específicas.

Metas Previstas

Anexo III

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler

Cargo: Assessor

Erivaldo Alfredo Gomes

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES - FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade	1	1	0	2
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1
3 - OMC - <i>Cluster</i> de Serviços (Reuniões)	Unidade	1	1	1	0
4 - Negociações Bilaterais	Unidade	0	0	1	0

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Anexo IV

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler

Cargo: Assessor

Erivaldo Alfredo Gomes

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES - FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1- MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	2 (100%)
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (0%)	0 (100%)	0 (0%)
3- OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (100%)
4- Negociações Bilaterais	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

As metas para o 1º e 3º trimestres, referentes ao item 3, e para o 2º e 4º trimestres, referentes ao item 2, não foram atingidas em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

1.4.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI (v. Anexos V a X - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento das exportações brasileiras, o seguro de crédito dessas exportações, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional. Os órgãos colegiados dos quais a Coordenação é membro ativo, representando a SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para a alavancagem das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação/manutenção do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no País.

1.4.2.1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 1º de janeiro de 2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19 de março de 2004, pela Portaria nº 45, de 18 de março de 2004, do Ministério da Fazenda - MF.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

Secretaria-Executiva

Em 2005, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que exerce a Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, distribuiu documentação para os membros do COFIG, elaborou pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenou reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao FGE e ao PROEX.

Reuniões

No exercício de 2005 foram realizadas 08 (oito) Reuniões Ordinárias do COFIG (11ª a 18ª) e 06 (seis) Extraordinárias (4ª a 9ª).

Regimento Interno

Elaborou e distribuiu aos membros do COFIG, nas Reuniões Extraordinárias 5ª, 6ª e 9ª, realizadas em 21.09, 11.10 e 20.12.2005, respectivamente, assim como nas Reuniões Ordinárias 11ª, 12ª, 13ª, 16ª, 17ª e 18ª, realizadas, respectivamente, em 04.03, 18.03, 31.05, 28.09, 03.11 e 15.12.2005, minuta de Regimento Interno do COFIG, tendo o Comitê analisado e aprovado as alterações dos Capítulos I a VIII.

Grupos de Trabalho

GT - T.C.U. - Tribunal de Contas da União: A Secretaria-Executiva do COFIG participou de reuniões, nos dias 07, 11 e 17 de novembro de 2005, do Grupo de Trabalho criado pelo Comitê em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 11.10.2005, sob a coordenação da representante suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, e com a participação de representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Secretaria-Executiva do COFIG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Banco do Brasil S.A. O Grupo Técnico reuniu-se para examinar as recomendações relativas ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX efetuadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), constantes do Relatório sobre as contas do Governo Federal referentes ao exercício de 2004.

O GT trabalhou com a finalidade de demonstrar ao TCU as medidas que vêm sendo adotadas pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), atendendo a recomendações da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), com o objetivo de facilitar o acesso ao PROEX pelas micro, pequenas e médias empresas, tendo em vista a prioridade estabelecida pelo Governo para ações que visam o fortalecimento do comércio exterior brasileiro.

Notas Técnicas

FGE/Seguro de Crédito à Exportação - PROEX: Em 25 de outubro, a SAIN/COAFI, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, elaborou e encaminhou à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, nota técnica sobre autorização de cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos do FGE e do PROEX; substituição de mandatário da união; e prorrogação do contrato com a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

República Dominicana - Projeto Hidroelétrica Palomino: Em 27 de outubro, nota sobre o exame, extrapauta, pelo COFIG da operação de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (com garantia do FGE) para construção da Hidroelétrica Palomino.

Negociações Bilaterais

Angola: A SAIN/COAFI, na condição de Secretaria-Executiva do COFIG, participou das negociações com a delegação angolana, chefiada pelo Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), realizadas no período de 26 de abril a 03 de maio de 2005, com vistas à revisão de condições do Memorando de Entendimento firmado em 1995, que resultou na assinatura do Protocolo de Entendimento de 03 de maio de 2005, firmado por autoridades brasileiras e angolanas.

Bolívia: Participou de reunião realizada em 04.08.2005, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com delegação boliviana chefiada pelo Ministro de Serviços y Obras Públicas, para tratar de financiamento do PROEX para a operação Corredor Interoceânico Atlântico-Pacífico naquele País.

Equador: Participou de negociações realizadas em 02.08.2005, no MDIC, com delegação equatoriana chefiada pelo Vice-Ministro de Economia, para tratar das operações priorizadas por aquele país e das condições para condução da operação Santa Elena no Convênio de Pagamento e Créditos Recíprocos - CCR.

República Democrática do Congo: Coordenou reunião com delegação da República Democrática do Congo, chefiada pelo Ministro do Orçamento daquele país, realizada em 18.11.2005, para discutir o interesse do Governo congolês em se credenciar a linhas de crédito do Governo brasileiro, objetivando potencializar os investimentos no comércio de bens e serviços entre os dois países. Na oportunidade, foi elaborada minuta de Protocolo de Entendimentos, onde representantes do Congo expuseram o interesse daquele país em se credenciar a créditos no valor de U\$ 250 milhões.

Venezuela: Participou de reunião em 15.09.2005, na CAMEX, para tratar da proposta de garantia do Deutsche Bank para operações de financiamento de exportações brasileiras para a Venezuela.

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FGE/Seguro de Crédito à Exportação - PROEX: consulta realizada em 19 de agosto de 2005 sobre a edição de Medida Provisória com o objetivo de autorizar a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, de créditos do FGE e do PROEX.

FGE/Seguro de Crédito à Exportação - PROEX: consulta realizada em 25 de outubro de 2005 sobre a edição de Medida Provisória com o objetivo de: a) autorizar a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, de créditos do FGE e do PROEX; b) transferir, do IRB-Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, os serviços relativos ao seguro de crédito à exportação com lastro do FGE; e c) prorrogar o contrato de prestação de serviços firmado entre o IRB-Brasil Re e a SBCE.

Outros Assuntos

Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005: A SAIN/COAFI participou do processo de elaboração e edição da Medida Provisória nº 267, que altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e estabelece as seguintes providências: a) transfere, do IRB-Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, as atribuições referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE; b) autoriza o MF a contratar instituição habilitada a operar o SCE, para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados; c) autoriza a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE, por intermédio de mandatário a ser designado pelo Ministro de Estado da Fazenda; e d) autoriza a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou outro mandatário designado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Portaria nº 416, de 16.12.2005: Em função do mandato estabelecido na Medida Provisória nº 267, de 28.11.2005, foi publicada a Portaria nº 416, de 16.12.2005, do Ministro de Estado da Fazenda, designando esta Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN como mandatária da União para a condução dos serviços de que se trata. A SAIN/COAFI participou do processo de elaboração e edição da citada Portaria.

1.4.2.1.1. Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FGE/Seguro de Crédito à Exportação: consulta realizada em 2 de dezembro de 2005 sobre a edição de Portaria do Ministro de Estado da Fazenda designando a SAIN como mandatária da União para conduzir os assuntos relacionados com o seguro de crédito à exportação, em substituição ao IRB-Brasil Resseguros S.A.

FGE/Seguro de Crédito à Exportação: consulta realizada em 27 de dezembro de 2005 sobre a contratação emergencial de Seguradora para a execução dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (de janeiro a junho de 2006).

Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Proposta Orçamentária do FGE para 2006: a SAIN/MF encaminhou à SPOA/SE/MF Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para o exercício de 2006, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, da ordem de R\$ 371,2 milhões de receitas e R\$ 75.6 milhões de despesas, aprovada pelo COFIG na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 31.05.2005.

Proposta Orçamentária do FGE para 2006: em agosto, encaminhou consulta à SPOA/MF sobre o valor da proposta orçamentária do FGE enviado ao Congresso Nacional.

Orçamento do FGE para 2005: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Fundo.

Notas Técnicas

Seguro de Crédito à Exportação: em 22 de agosto, a SAIN/COAFI elaborou e encaminhou nota técnica ao Secretário de Assuntos Internacionais e Secretário-Executivo do COFIG sobre a substituição de mandatário da União nas operações de seguro de crédito à exportação, e a conseqüente transferência dos serviços relativos ao seguro, do IRB Brasil-Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda. Posteriormente, o Secretário da SAIN encaminhou a referida nota à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria-Executiva do MF, para exame.

Outros Assuntos

Contratação Emergencial de Prestadora de Serviços no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação: Tendo em vista que o contrato firmado entre o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, referente à execução dos serviços relacionados ao SCE, expirou em 31.12.2005, julgou-se necessária a contratação emergencial da própria SBCE, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, tempo necessário para que a SAIN inicie e conclua o processo de licitação para a contratação de operadora do seguro de crédito à exportação a partir de julho de 2006. A SAIN/COAFI iniciou providências relativas à montagem do processo de contratação emergencial da Seguradora.

Contrato de Prestação de Serviços: iniciou procedimentos para firmar contrato, em caráter emergencial, entre a SAIN e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, por 180 (cento e oitenta) dias (de janeiro a junho de 2006), para operacionalização do seguro de crédito à exportação.

Exposição do FGE em 2005: informou mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro, decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.

Relatório de Metas do FGE para 2005: preparou e elaborou relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2005.

Prestação de Contas do FGE: encaminhou relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício financeiro de 2005, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, para posterior exame do Tribunal de Contas da União.

Visitas a Seguradoras: em dezembro, dentro do processo de contratação emergencial de seguradora para a condução dos serviços do seguro de crédito à exportação, realizou visitas à Seguradora Hermes e à Seguradora SECREB, em São Paulo.

1.4.2.1.2. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 3 de setembro de 1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2005, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (49ª a 60ª).

Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER

Juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria-Executiva do COFIG autorizou o Banco do Brasil S.A. a proceder a alterações de cronogramas de entregas, de alinhamento e preços e de modelos de aeronaves produzidas pela EMBRAER para venda a diversos importadores, envolvendo 60 (sessenta) Registros de Créditos - RCs, tendo obtido o referendo do COFIG para as autorizações concedidas.

Orçamento do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

Proposta Orçamentária do PROEX para 2006: coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2006, da ordem de R\$ 2,5 bilhões de dotação para Financiamentos e R\$ 1,3 bilhão para Equalização de Taxas de Juros, aprovada pelo COFIG na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 16.08.2005.

Orçamento do PROEX para 2005: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Programa.

ENAEX: participou do 25º Encontro de Comércio Exterior - ENAEX, realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB, no período de 23 a 25 de novembro de 2005, no Rio de Janeiro (RJ).

Metas Previstas

Anexo V

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12
2- Distribuição do material por meio e eletrônico	Unidade	60	60	60	60
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
4 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
5 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3
6- Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

Apenas o item 6 se refere a negociações.

Metas Realizadas

Anexo VI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.	Unidade (%)	12 (100%)	8 (66%)	12 (100%)	24 (200%)
2- Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade (%)	60 (100%)	40 (66%)	60 (100%)	120 (200%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade (%)	3 (100%)	2 (66%)	3 (100%)	6 (200%)
4- Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do COFIG	Unidade (%)	3 (100%)	2 (66%)	3 (100%)	6 (200%)
5 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade (%)	3 (100%)	2 (66%)	3 (100%)	6 (200%)
6- Participação em negociações bilaterais	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	1 (100%)

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

Apenas o item 6 se refere a negociações.

A meta para o 1º trimestre de 2005, referente ao item 6, não foi atingida em função de que a negociação prevista para aquele trimestre não foi realizada.

As metas para o 2º trimestre de 2005, referentes aos itens de 1 a 5, não foram totalmente atingidas em função da indisponibilidade de agenda de alguns Membros do COFIG para a realização das reuniões previstas para aquele trimestre.

1.4.2.2. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23 de outubro de 1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11 de agosto de 1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26 de dezembro de 1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Secretaria-Executiva

Em 2005, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, que representa a Secretaria-Executiva do COMACE no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais, tratou e acompanhou os seguintes assuntos:

Reuniões no Clube de Paris

Tour d'Horizon - (12.01.2005): Nigéria (apresentação pela Ministra das Finanças NGOZI OKONJO-IWEALA - balanço da gestão do Presidente OBASANJO; agenda da Reforma Econômica da Nigéria; abertura de diálogo com os países-membros); Polônia (*buyback* solicitado por aquele país; opções de DR e DSR relativas à *Agreed Minute* de 1991); Angola (*SMP - Staff Monitored Program*; empréstimo em Sindicato por Portugal - US\$ 2.35 bilhões; retomada de contato com Angola); Congo-Brazaville (renegociação e ações prioritárias; atrasados da dívida *post-cutoff-date*); Iraque (proposta apresentada pelo Iraque em 15.11.04; discussão sobre o percentual de perdão da dívida iraquiana).

Tour d'Horizon - (06.04.2005): Peru (aspectos relacionados com a proposta de recompra da dívida que está sendo estruturada pelo Governo peruano); Gabão (implementação bilateral do referido reescalonamento em fase de finalização; minuta de contrato bilateral elaborada pela SAIN/MF); Senegal (proposta de emenda da última ata de entendimentos, a ser apresentada pelo Brasil, a fim de possibilitar o reescalonamento da dívida do Senegal para com o Brasil, da ordem de US\$ 4,95 milhões).

Tour d'Horizon - (29.06.2005): Nigéria (reunião extraordinária para negociar consolidação de números da dívida da Nigéria).

Tour d'Horizon - (13 a 14.10.2005): Nigéria (inclusão de débitos nigerianos com o Governo brasileiro); Polônia (solicitação de novos créditos junto aos países membros do Clube); Angola (Memorando de Entendimentos mantidos com o Governo angolano, buscando, se necessário, vias alternativas para possibilitar a negociação de Angola com os demais credores);

Tour d'Horizon - (15.11.2005): Nigéria (implementação do Acordo de 20.10.2005 - questões técnicas sobre a Minuta de Bilateral; detalhes operacionais sobre a *Special Account* junto ao *Bank for International Settlements* - BIS e revisão do PSI - *Policy Support Instrument*); Angola (o nível de endividamento do país; o interesse na concessão de novos créditos [*oil-backed-loan*] e o nível de pagamentos efetuados); Congo (Acordo HIPC; conclusão da 2ª revisão do Acordo com o FMI e possibilidade de perdão de parte considerável da dívida).

Tour d'Horizon - (13.12.2005): Nigéria (pagamento *pró-rata temporis*; depósitos efetuados pela Nigéria na *Special Deposit Account* junto ao BIS; procedimentos para a assinatura do Acordo Bilateral até 31.12.2005); Angola (apresentação de planilha sobre pagamentos efetuados por Angola aos países credores; perspectivas de recebimentos por outros países; possibilidade da aproximação de Angola para a renegociação de sua dívida junto ao Clube de Paris).

Negociações bilaterais

Nigéria: Em Paris - França (12.01.2005), coordenou entendimentos sobre conciliação de termos negociados com a Ministra das Finanças da Nigéria.

Nigéria: Em Abuja - Nigéria (29 a 31.08.2005), coordenou negociação visando esclarecer a mecânica financeira do PROEX, a fim de que a Nigéria reconhecesse sua dívida com o Brasil.

Nigéria: Em Brasília-DF (03 a 07.10.2005), coordenou a conciliação de números da dívida nigeriana com o Brasil a serem apresentados ao Clube de Paris.

Petrobrás: No Rio de Janeiro-RJ (24.11.2005), coordenou a conciliação de documentos para subsidiar reunião com representantes do Iraque em Brasília na semana seguinte.

Iraque: Em Brasília-DF (28.11 a 04.12.2005), coordenou a conciliação de documentação e de números da dívida pública do Iraque com o Brasil. Representantes da Petrobrás apresentaram números relativos a embarques de mercadoria, consoante acordo *oil for food*.

Cabo Verde: Em Brasília-DF (05 a 09.12.2005), coordenou a conciliação de valores e negociação de termos para o reescalonamento da dívida de US\$ 3.178.137,62.

República da Guiné: Em Brasília-DF (27.12.2005), por solicitação da Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília, coordenou a conciliação de valores referentes à dívida daquele país com o Brasil.

Notas Técnicas

COMACE: Em 25 de fevereiro de 2005, Nota Técnica à Secretaria-Executiva do COMACE fornecendo relatos detalhados, ao Ministro da Fazenda, dos processos em andamento no âmbito do COMACE.

Congo (Brazzaville): Em 18 de março de 2005, Nota Técnica à Secretaria-Executiva do COMACE, por ocasião da visita do Vice-Presidente da República do Congo ao Brasil, relatando números e situação de pagamentos da dívida com o Brasil.

Nigéria: Números e entendimentos. Nota Técnica de 12 de abril de 2005, relatando o processo de negociação do Governo nigeriano com o Brasil e apresentando números atualizados do passivo nigeriano com o Brasil.

Imprensa - Agência Reuters: Nota Técnica à Imprensa sobre o portfólio negociado no âmbito do COMACE e a dinâmica de funcionamento das reuniões do Clube de Paris.

Brasil Credor: Nota Técnica de 11 de julho de 2005, ao Secretário da SAIN, tratando de relato detalhado sobre a participação do Governo brasileiro, na posição de país detentor de créditos soberanos, junto ao Clube de Paris.

Clube de Paris: Em 24 de outubro de 2005, Nota Técnica sobre a reunião ocorrida no Clube de Paris entre 18 e 20 de outubro de 2005, com a presença da Ministra das Finanças da Nigéria, Sra. NGOZI OKONJO-IWEALA. A nota trata de termos e números do Acordo assinado em 20 de outubro de 2005.

Nigéria: Em 28 de dezembro de 2005, a pedido da PGFN, Nota Técnica ao Secretário-Executivo do COMACE, com relação aos termos e condições do Acordo Bilateral Brasil - Nigéria.

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Conversão de Dívidas: Consulta em 06.04.2005 a respeito do Programa de Conversão de Dívida por Investimentos, consoante a aplicabilidade da Lei nº 9.665, de 19.06.98.

Iraque - Mendes Júnior: Consulta em 03.05.2005 a respeito da situação do tratamento da dívida do Iraque para com a Construtora Mendes Júnior.

Zâmbia : Consulta em 11.05.2005 sobre minuta de SIDE LETTER do Governo de Zâmbia, enviada pelo Sr. José Carlos Parkinson de Castro, da Embaixada do Brasil em Paris.

Nigéria - Escrow-Account: Consulta em 21.11.2005 sobre o Acordo para Depósito Bancário Especial junto ao BIS, pagamento da dívida da Nigéria.

Nigéria - Resolução 50: Consulta em 19.12.2005 sobre o Acordo Bilateral a ser assinado pelo Governo brasileiro e o Governo nigeriano, em 29.12.2005.

Nigéria - Acordo Bilateral: Consulta em 28.12.2005. Encaminhamento do Acordo Bilateral à PGFN, a pedido daquele Órgão, contemplando mudanças de cláusulas pela República da Nigéria.

Metas Previstas

Anexo VII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Data: 31/12/2005

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	3
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento	Unidade	1	1	2	3
3 - Elaboração de atas ou ajudas-memória das reuniões e relatórios	Unidade	1	1	1	3
4 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos	Unidade	1	1	1	1
5 - Ajuda na conciliação dos números da dívida a ser negociada e realização de reuniões quando necessárias	Unidade	1	1	1	1
6 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$)	Unidade	28.345.773,87			

Obs: Apenas os itens 1 e 2 se referem a negociações.

Metas Realizadas

Anexo VIII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1°	2°	3°	4°
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade (%)	1 (50%)	2 (66%)	1 (50%)	3 (100%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0,0%)	6 (200%)
3 - Elaboração de atas ou ajudas-memória das reuniões e relatórios	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0,0%)	6 (200%)
4 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Ajuda na conciliação dos números da dívida a ser negociada e realização de reuniões quando necessárias	Unidade (%)	0 (0,0%)	2 (200%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
6 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$)	Unidade	55.274.984,99			

Obs: Apenas os itens 1 e 2 se referem a negociações.

As metas para o 1º, 2º e 3º trimestres de 2005, referentes ao item 1, não foram totalmente atingidas em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

Nos trimestres onde as metas referentes aos itens 2, 3 e 5 foram iguais a zero por cento significa que os países devedores não compareceram para as negociações, no Brasil, conforme o previsto.

A meta referente ao item 6 foi superior à prevista em função de negociações favoráveis e inesperadas com a República Federal da Nigéria.

1.4.2.3. Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tem por finalidade: a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas.

Faz parte da COFIEIX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

Reuniões

Em 2005, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que é um dos membros da Comissão e possui representantes no Grupo Técnico, participou de todas as reuniões da COFIEIX e do GTEC.

No exercício, foram realizadas 5 (cinco) Reuniões Ordinárias da COFIEIX, onde foram avaliados e decididos os pleitos de que trata a alínea “a” acima. O GTEC realizou um total de 75 (setenta e cinco) reuniões, sendo 2 (duas) para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX, 17 (dezesete) Ordinárias (exame e avaliação dos pleitos mencionados na alínea “b”), 53 (cinquenta e três) referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta e 3 (três) para elaboração dos Regimentos Internos da COFIEIX e do GTEC. Ressalte-se que a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da SAIN elaborou pautas comentadas para todas as Reuniões Ordinárias da COFIEIX e do GTEC, resumo e análise preliminar das Cartas-Consulta apreciadas pelo GTEC e pela COFIEIX e teve participação ativa na análise das Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX, bem como na elaboração dos Regimentos Internos da COFIEIX e do GTEC.

Consultas Extraordinárias à COFIEIX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEIX, a SAIN se manifestou, por escrito, sobre 7 (sete) consultas efetuadas aos membros da Comissão sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável).

Metas Previstas

Anexo IX

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Data: 31/12/2005

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	Unidade	1	1	1	1
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX	Unidade	0	0	1	1
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade	3	3	3	3
4 - Reuniões para exame e avaliação de Cartas-Consulta pelo Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade	7	12	8	26
5 - Reuniões para elaboração dos Regimentos Internos da COFIEIX e do GTEC	Unidade	1	2	0	0
6 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	2	1	0	4

Obs: Nenhum dos itens se refere a negociações.

Metas Realizadas

Anexo X

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Data: 31/12/2005

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES - FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	Unidade (%)	1 (100%)	2 (200%)	0 (0%)	2 (200%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (0%)	2 (200%)
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade (%)	3 (100%)	5 (166%)	4 (133%)	5 (166%)
4 - Reuniões para exame e avaliação de Cartas-Consulta pelo Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade (%)	7 (100%)	12 (100%)	8 (100%)	26 (100%)
5 - Reuniões para elaboração dos Regimentos Internos da COFIEIX e do GTEC	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
6 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade (%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	4 (100%)

Obs: Nenhum dos itens se refere a negociações.

Nos casos em que o percentual de participação da SAIN foi igual a zero significa que a Secretaria-Executiva da COFIEIX não realizou as reuniões conforme o previsto.

1.4.3. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAEC (v. Anexos XI e XII - Metas Previstas e Realizadas)

À Coordenação Geral de Assuntos Econômicos, entre outros assuntos, compete:

- . Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- . Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- . Elaborar estudos, notas e artigos técnicos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais;
- . Acompanhar e participar de reuniões e grupos de trabalho quando determinado pelo Secretário de Assuntos Internacionais;
- . Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições, a Coordenação realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (*Internet*) ou impresso, de publicações especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas.

Além disso, a Coordenação desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros.

As informações coletadas são analisadas e discutidas e, posteriormente, com base nessas informações são elaborados textos escritos: Indicadores Macroeconômicos, Informes de Países e Notas Técnicas. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas. A Coordenação também é responsável pela elaboração de apresentações em *Power Point* para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior.

Essas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações de acordos entre o Governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais.

1.4.3.1. Indicadores Macroeconômicos

Elaborados a partir de setembro de 2004, são informes mensais divididos em 4 partes: 1) Notas explicativas sobre os fatos mais significativos da conjuntura econômica

internacional; 2) Estatísticas de países selecionados, como taxas cambiais, PIB, taxas de inflação, entre outras; 3) Projeções de crescimento dos principais países desenvolvidos (EUA, União Européia, Japão), assim como mercados emergentes (por exemplo, China, Rússia, Índia, México e Argentina); e 4) Gráficos com a trajetória de preços de *commodities*, preços do petróleo, minérios, mercados financeiros, entre outros. Os Indicadores Macroeconômicos circulam internamente no Ministério da Fazenda.

1.4.3.2. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A OCDE elabora periodicamente estudos econômicos de seus países membros e alguns países não-membros, entre eles o Brasil. Em 2004, foi concluído o Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil e em 1º de março de 2005 o Estudo foi apresentado em Seminário realizado no Rio de Janeiro-RJ. A Coordenação de Assuntos Econômicos foi responsável pela publicação da versão em português do Estudo.

1.4.3.3. Apresentações

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em *Power Point*, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais. Foram elaboradas ou atualizadas cerca de 15 (quinze) apresentações ao longo de 2005.

1.4.3.4. Informes de Países

Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Devido ao grande número de visitas recebidas pelo Governo brasileiro de autoridades estrangeiras durante todo o ano de 2005, os Informes de Países, como Angola, Argentina, Colômbia, Espanha e Venezuela, foram solicitados com frequência.

1.4.3.5. Notas Técnicas

São informes sobre temas mais específicos em economia internacional como comércio exterior e finanças, que requerem para sua elaboração um maior nível de reflexão e análise e o uso de métodos econométricos. São elaboradas conforme demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o objetivo de auxiliá-los em reuniões e negociações. Durante o ano de 2005, foram elaboradas diversas Notas Técnicas, a sua maioria sobre projeções estatísticas de comércio exterior do Brasil.

1.4.3.6. Negociações Internacionais

A Coordenação participou ativamente de 2 (duas) negociações internacionais no âmbito do MERCOSUL: as relativas ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e as relativas à criação e desenvolvimento do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM). O GMM é responsável pela coordenação e convergência macroeconômica entre os países do MERCOSUL e Estados Associados. Em 2005, a Coordenação participou de 3 (três) reuniões do GMM, inclusive de reuniões para a definição de Projeto com a União Européia para harmonização das estatísticas dos Países-Membros. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul visa reduzir as assimetrias existentes entre os Estados-Partes do MERCOSUL. Um Grupo de Alto Nível (GAN) foi criado em 2004 para estabelecer a forma de funcionamento do FOCEM, identificar iniciativas que poderiam ser financiadas por ele e, então, elaborar o Regulamento do Fundo. Em 2005 foram realizadas 7 (sete) reuniões do GAN, em Montevideu, Uruguai, tendo sido substituída, nas últimas 3 (três) reuniões realizadas pelo Grupo, por Assessores ligados diretamente ao Secretário de Assuntos Internacionais.

1.4.3.7. Modelo Macro Dinâmico

Com o objetivo de avaliar a dinâmica dos impactos macroeconômicos de acordos comerciais sobre a economia brasileira, em agosto de 2005 foi iniciada consultoria para desenvolver um modelo econométrico. O projeto está sob a gerência financeira da Unidade de Coordenação de Programas, vinculada à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e supervisão do Secretário de Assuntos Internacionais. A Coordenação é responsável pelo acompanhamento do projeto.

Metas Previstas

Anexo XI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Ludmila Vidigal Silva

Cargo: Assistente

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao Governo Federal, por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados.	Unidade	3	3	3	3
2 - Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil: apresentação e publicação da versão em português.	Unidade	1	0	0	0
3 - Modelo Macro Dinâmico: produto parcial do projeto de desenvolvimento de modelo econométrico para avaliação do impacto de acordos comerciais.	Unidade	0	0	2	3
4 - Informes de Países: Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos.	Unidade	2	2	3	4
5 - Negociações Internacionais	Unidade	2	2	2	2

Obs: Apenas o item 5 se refere a negociações.

Metas Realizadas

Anexo XII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Ludmila Vidigal Silva

Cargo: Assistente

Data: 31/12/2005

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao Governo Federal, por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados.	Unidade (%)	2 (66%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
2 - Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil: apresentação e publicação da versão em português.	Unidade (%)	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
3 - Modelo Macro Dinâmico: produto parcial do projeto de desenvolvimento de modelo econométrico para avaliação do impacto de acordos comerciais.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	2 (100%)	1 (33%)
4 - Informes de Países: Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos.	Unidade (%)	5 (250%)	4 (200%)	0 (0%)	1 (25%)
5 - Negociações Internacionais	Unidade (%)	1 (50%)	3 (150%)	2 (100%)	4 (200%)

6 - Notas Técnicas: São informes sobre temas mais específicos em economia internacional como comércio exterior e finanças, que requerem para sua elaboração um maior nível de reflexão e análise e o uso de métodos econométricos. São elaboradas conforme demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o objetivo de auxiliá-los em reuniões e negociações.	Unidade	4	2	2	2
7 - Seminários Internacionais	Unidade	0	1	2	0

Obs: Apenas o item 5 se refere a negociações.

No 4º trimestre de 2005, devido a uma reestruturação da SAIN, o acompanhamento de diversos temas anteriormente de competência exclusiva da Coordenação, como o Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), foram partilhados com Assessores ligados diretamente ao Secretário de Assuntos Internacionais.

A meta prevista para o 1º trimestre de 2005, referente ao item 1, não foi totalmente atingida, devido ao fato de alguns funcionários estavam de férias no mês de janeiro.

A meta prevista para o 4º trimestre de 2005, referente ao item 3, não foi totalmente atingida, tendo em vista que, devido a interrupção na execução do cronograma financeiro, o consultor não apresentou os produtos..

As metas para o 3º e 4º trimestres de 2005, referentes ao item 4, não foram totalmente atingidas, em função de que a demanda, por parte do Secretário, Secretários-Adjuntos e Coordenadores-Gerais, foi inferior àquela prevista para os citados trimestres.

A meta para o 1º trimestre de 2005, referente ao item 5, não foi totalmente atingida, em função de que não foi realizada uma das negociações conforme o previsto.

1.4.4. COORDENAÇÃO-GERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E¹ COORDENAÇÃO-GERAL DE DEFESA COMERCIAL (v. Anexos XIII e XIV - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Comércio Exterior e a Coordenação-Geral de Defesa Comercial têm como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os processos de investigação de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e as negociações binacionais e multilaterais, subsidiando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas, elaboração de Notas e Pareceres.

1.4.4.1. CAMEX - GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Comércio Exterior e a Coordenação-Geral de Defesa Comercial assessoram o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias atinentes a esta pasta. A fim de subsidiá-los, foram elaboradas 8 (oito) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX, bem como 10 (dez) para as reuniões do GECEX.

1.4.4.2. Defesa Comercial

Em 2005, a Coordenação-Geral de Defesa Comercial (CODEC) analisou 12 (doze) processos de investigação de *dumping*. Nos demais processos, não se verificaram os requisitos necessários para a aplicação da medida.

Dos 12 (doze) processos, em 9 (nove) o Departamento de Defesa Comercial² (DECOM) propôs a aplicação de medida *antidumping* ou a homologação de compromissos de preços.

A CODEC também examinou e aprovou pedidos de alteração de direitos *antidumping* e de medida de salvaguarda em relação a 3 (três) produtos, quais sejam: (a) magnésio metálico: ajuste na especificação técnica do produto objeto do direito *antidumping*; (b) pneus novos para bicicletas: aplicação de direito *antidumping* sobre as importações da China, o qual havia sido suspenso por interesse nacional; e (c) coco ralado: inclusão das Filipinas no alcance da medida de salvaguarda.

¹ Antigas Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais e Coordenação-Geral de Integração, respectivamente, cujos nomes foram modificados pelo Decreto nº 5.136, de 07.07.2004.

² O DECOM, órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é a autoridade investigadora dos processos de defesa comercial.

Para apreciar os referidos casos, foram convocadas 6 (seis) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), todas com a participação de representantes da CODEC.

Além dos processos encerrados em 2005, 5 (cinco) investigações de *dumping* foram abertas e estão em curso.

Segue abaixo tabela com as investigações de defesa comercial encerradas em 2005.

Investigações de Defesa Comercial encerradas em 2005			
Tipo	Produto	Origens investigadas	Resultado da Investigação
<i>Dumping</i>	Leite em pó	Argentina	Homologação de compromisso de preços
<i>Dumping</i>	Leite em pó	Uruguai	Homologação de compromisso de preços
<i>Dumping</i>	Policloreto de vinila - PVC	Estados Unidos e México	Aplicação de direito <i>antidumping</i> (revisão administrativa)
<i>Dumping</i>	Unidade de bombeio	Romênia	Aplicação de direito <i>antidumping</i> (revisão administrativa)
<i>Dumping</i>	Garrafa térmica	República Popular da China	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Resina PET	Estados Unidos da América e Argentina	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Tubo de aço carbono sem costura	Romênia	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Fosfato monocálcico	Argentina	Aplicação de direito <i>antidumping</i>
<i>Dumping</i>	Nitrato de amônio	Rússia	Aplicação de direito <i>antidumping</i> , com exceção de algumas empresas, para as quais o direito <i>antidumping</i> passou a ser zero.
<i>Dumping</i>	Canetas esferográficas	China	Sem Aplicação
<i>Dumping</i>	Painéis de madeira aglomerada	Argentina	Sem Aplicação
<i>Dumping</i>	Metacrilato de metila	Estados Unidos	Sem Aplicação

Além do exame dos processos de defesa comercial, a CODEC desenvolveu os seguintes trabalhos:

- (a) Participação na elaboração dos decretos que regulamentam as salvaguardas transitórias (aplicadas a todos os produtos) e as salvaguardas sobre produtos têxteis originários da China.
- (b) Participação na discussão sobre a Cláusula de Adaptação Competitiva (CAC). Trata-se de um mecanismo de salvaguarda entre Brasil e Argentina que seria acionado quando as importações de um Estado-Parte crescessem de forma tal que provocassem dano à indústria doméstica do estado importador. As discussões ainda estão em curso.
- (c) Elaboração das notas técnicas intituladas: “O setor têxtil brasileiro e sua vulnerabilidade às importações chinesas. Análise das possíveis ações na área de defesa comercial” e “Implicações da concessão do *status* de economia de mercado à China, no âmbito dos instrumentos de defesa comercial”.

1.4.4.3. Negociações Externas

Diante das diversas frentes negociadoras abertas pelo MERCOSUL, objetivando estimular o comércio Sul - Sul, com Israel, Chile, Bolívia, SACU, China, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Peru, Venezuela, Panamá, EFTA, Paquistão, São Tomé e Príncipe e Argélia, tornou-se impossível acompanhar essas negociações devido às limitações financeiras e de recursos humanos da Secretaria. Diante dessas restrições, priorizou-se acompanhar parcialmente (reuniões internas ou intra-MERCOSUL) as negociações com países ou blocos de países onde o fluxo de comércio é mais representativo para o Brasil, tais como: Canadá e União Européia. Apesar dos esforços do Governo, não foi possível concluir tais negociações em 2005.

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

Em 2005 as duas Coordenações-Gerais participaram do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

- Comitê Técnico nº 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias): Participação nas reuniões preparatórias (reuniões interministeriais, onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração permanente na Tarifa Externa Comum - TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos países-membros discutem os pleitos de alteração permanente na TEC). Participamos de todas as 5 (cinco) reuniões do Comitê (e de suas respectivas reuniões preparatórias) havidas ao longo de 2005. No total, cerca de 50 (cinquenta) pleitos foram analisados, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles nas reuniões preparatórias.

- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (que durante o ano trabalhou na elaboração de regulamentos comuns de defesa comercial³): A SAIN participou ativamente de todas as 5 (cinco) reuniões do Comitê realizadas em 2005, sempre com o intuito de expressar as preocupações do Ministério da Fazenda na área, fundamentalmente no sentido de que os instrumentos de defesa comercial devem ser utilizados apenas na forma e na medida necessárias para coibir práticas desleais no comércio internacional. Os trabalhos de elaboração dos regulamentos comuns continuarão em 2006.

No âmbito da Comissão de Comércio (CCM), a SAIN participou de 9 (nove) reuniões ao longo de 2005. Neste fórum, os trabalhos se concentraram na regulamentação da Decisão CMC 54/2004 que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Na CCM, houve ainda discussões para o estabelecimento de um Regime Comum de Bens de Capital (BK) e de um Regime Comum de Bens de Informática e Telecomunicação (BIT). Foram analisadas ainda propostas de regimes comuns para os setores naval, de saúde e de ensino, bem como de harmonização dos regimes aduaneiros especiais.

Ainda na esfera da CCM, foram acompanhados os pleitos de redução tarifária no âmbito da Resolução GMC nº 69/00 (que regulamenta a redução temporária de alíquotas de importação por razões de desabastecimento). Em 2005, foram apreciados 5 (cinco) pedidos de redução tarifária, a saber: 5303.10.11 (juta em bruto), NCM 0303.71.00 (sardinha *in natura*), NCM 7607.1190 (folhas de alumínio para capacitadores), NCM 3907.60.00 (tereftilato de polietileno), e NCM 28.12.10.11 (triclureto de fósforo), havendo a SAIN participado de todas as discussões.

No âmbito do Grupo Mercado Comum (GMC), as Coordenações-Gerais participaram de 8 (oito) reuniões e uma reunião extraordinária de coordenadores, totalizando 9 (nove) reuniões. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Dentre esses assuntos de maior relevância para esta pasta, destacam-se temas aduaneiros e de comércio intrazona, tais como: Medidas Especiais de Importações de Produtos Originários de outro Estado-Parte, Regimes Aduaneiros Especiais, tendo como foco os regimes comuns para Bens de Informática e Telecomunicações (BITS) e Bens de Capital (BK). Foi finalizada, também, a regulamentação da primeira fase do processo de Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira, bem como do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Foram realizadas 2 (duas) reuniões do Conselho do Mercado Comum (CMC) em 2005, sendo uma no Paraguai e outra no Uruguai. Em ambas, as duas Coordenações atuaram no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais.

³ Regulamentos esses que, uma vez concluídos e aprovados, substituirão as legislações nacionais que regem a aplicação de direitos antidumping e compensatórios sobre as importações originárias de países não integrantes do MERCOSUL.

Por último, destaca-se a participação das duas Coordenações-Gerais nas discussões para modificações pontuais da tarifa externa, com destaque para as alterações da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), que resultaram na publicação das Resoluções CAMEX nº 5, de 03.03.2005, publicada no D.O.U. de 07.03.2005, e na Resolução CAMEX nº 26, de 11.08.2005, publicada no D.O.U. de 19.08.2005.

Negociação entre Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e União Européia - UE

Em 2005, a Secretaria participou de 3 (três) reuniões internacionais sobre este tema. Neste ano, os trabalhos em torno das negociações entre o bloco europeu e o sul-americano para a conformação de um acordo de associação interregional objetivaram o relançamento do processo negociador⁴. Após algumas tentativas sem sucesso no primeiro semestre, sobretudo em função de divergências metodológicas entre os negociadores dos dois blocos, uma reunião ministerial realizada em Bruxelas, em setembro, acertou um calendário de negociações. Entretanto, no último trimestre, as atenções voltaram-se para a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a realização da 6ª Conferência Ministerial dessa entidade. Há uma expectativa de continuar o processo negociador birregional em 2006.

Organização Mundial do Comércio - OMC

Em 2005, as negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC foram fortemente intensificadas. O atual “mandato” negociador da OMC, Rodada Doha, iniciou-se em 2001. A previsão inicial era de conclusão até o final de 2004. Contudo, dado o entrave que ocorreu na reunião ministerial de Cancun (2003), as negociações só foram retomadas em julho de 2004 (pacote de julho). A partir de então, a velocidade das negociações foi acelerada de modo a permitir a conclusão da Rodada até o final de 2006. Este limite foi estabelecido devido a limitações do Governo norte americano, pois em meados de 2007 expira a *Trade Promotion Authority* (TPA), autorização do Congresso dos EUA para o Executivo negociar acordos comerciais. Sem a TPA, os acordos comerciais efetuados pelo Governo americano poderão ser emendados pelo Congresso, tornando muito difícil a aceitação de um acordo da OMC. Caso não se consiga finalizar a rodada em 2006, estima-se que as negociações só seriam retomadas, na melhor das hipóteses, em 2008.

Com uma reunião ministerial marcada para dezembro de 2005 (Hong Kong), os trabalhos foram acelerados em todas as áreas negociadoras, de modo a definir as chamadas “modalidades” da negociação para que os Ministros pudessem, em Hong Kong, definir os ajustes finais (que efetivamente definem a ambição dos acordos) e o balanceamento entre as diversas áreas.

⁴ Essas negociações foram suspensas no final do ano de 2004. Basicamente quatro razões motivaram esta interrupção. A primeira diz respeito às ofertas líquidas de bens, feitas em setembro, que, em comparação com as ofertas de maio, significaram um retrocesso de ambos os blocos. Os europeus, que hesitaram na apresentação de sua oferta, entregando-a somente após o MERCOSUL, não melhoraram sua oferta agrícola (especialmente as quotas) e pioraram diversos itens. O argumento dos comunitários foi de que o MERCOSUL, apesar de ter melhorado alguns pontos de sua oferta, piorou alguns itens sensíveis para os europeus, especialmente em veículos e autopeças.

A Secretaria acompanhou as negociações de 3 (três) principais áreas: Acesso a Mercados em Bens Não-Agrícolas; Serviços e Investimentos⁵; e Regras. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil e acompanhou as negociações em Genebra como membro das delegações brasileiras nos grupos negociadores específicos.

Acesso a Mercados em Bens Não Agrícolas - NAMA

Em NAMA (sigla em inglês para Acesso a Mercados em Bens Não Agrícolas), a SAIN participou ativamente de todo o processo negociador interno (Brasil). Dada à relevância e abrangência da área (todos os produtos, à exceção dos agrícolas) foram realizadas diversas análises sobre as potencialidades e restrições do Brasil, assim como as possíveis conseqüências das propostas discutidas em Genebra.

Em contraponto a posições mais protecionistas, o Ministério da Fazenda atuou fortemente no tema NAMA devido à percepção dos benefícios potenciais que a negociação do tema poderia trazer ao país. Para construção e defesa de seu posicionamento, a Secretaria passou a acompanhar regularmente todas as reuniões de NAMA, dentro do Governo brasileiro e no Grupo Negociador em Genebra. Através da SAIN, o Ministério da Fazenda apresentou propostas negociadoras e continua como importante agente na definição das posições brasileiras neste tema.

Grupo Negociador de Regras - GNR

Cumprindo o mandato da Rodada Doha, as negociações em Regras se concentraram nos temas de subsídios, subsídios à pesca e medidas *antidumping*. Ao longo de 2005 a SAIN participou de 4 (quatro) reuniões do Grupo de Regras, nas quais foram discutidas disciplinas adicionais para esses temas. Em todos, o foco principal da negociação foi aprimorar ou aperfeiçoar as disciplinas que resultaram da Rodada Uruguai (1992).

Para *antidumping* e subsídios há um grande número de temas em discussão, cujo grande objetivo, em sua maior parte, é criar novas regras sobre pontos dos referidos acordos que necessitam de esclarecimentos adicionais ou sobre aspectos que até o momento ainda não haviam sido discutidos. A partir dessas discussões, espera-se que o Secretariado da OMC produza, no início de 2006, um documento sintetizando os trabalhos, para uma possível conclusão da Rodada até 2007. Nestes dois temas, a SAIN participou com a apresentação de sugestões, estudos e críticas diversas, sobretudo nas reuniões internas de coordenação.

Em subsídios à pesca, o Grupo de Regras trabalhou na criação de disciplinas em um tema que ainda não havia sido negociado com profundidade na OMC. Houve importantes avanços em 2005 e ao final do ano, produziu-se um texto que reflete uma posição quase consensuada. Esse texto foi inicialmente apresentado pelo Brasil, a partir de discussões internas nas quais a SAIN participou ativamente, uma vez que esse é um setor que recebe grande quantidade de recursos governamentais.

⁵ Os temas relativos a Serviços e Investimentos na OMC são acompanhados pela Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais - ASIC (vide tópicos 1.4.1.A.2 e 1.4.1.A.3).

Metas Previstas

Anexo XIII

Unidades: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Comércio Exterior e
Coordenação-Geral de Defesa Comercial

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta

Marden de Melo Barboza

Erivaldo Alfredo Gomes

Data: 31/12/2005

Cargo: Secretária-Adjunta

Cargo: Coordenador-Geral de Defesa Comercial

Cargo: Coordenador-Geral de Comércio Exterior

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1- OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	2	2	2	2
2- OMC - Grupo Negociador de Regras (GMR)	Unidade	1	2	2	2
3- MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	1	1	2
4- MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade	1	1	1	2
5- MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade	2	2	2	3
6- MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade	2	2	2	2
7- MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1
8- Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade	1	0	1	1

9 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade	3	2	3	2
10 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	1	2	2	3
11 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	2	1	2	1
12 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	4	4	5	2

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Anexo XIV

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Comércio Exterior e
Coordenação-Geral de Defesa Comercial

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta

Marden de Melo Barboza

Erivaldo Alfredo Gomes

Data: 31/12/2005

Cargo: Secretária Adjunta

Cargo: Coordenador-Geral de Defesa Comercial

Cargo: Coordenador-Geral de Comércio Exterior

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade (%)	0 (0%)	2 (100%)	1 (50%)	2 (100%)
2 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade (%)	0 (0%)	1 (50%)	1 (50%)	2 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
6 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (150%)
7 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
8 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)

9 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade (%)	3 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
10 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
11 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)
12 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	4 (100%)	4 (100%)	5 (100%)	2 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

As metas previstas para o 1º e 3º trimestres de 2005, referentes ao item 1, e as aquelas previstas para o 1º, 2º e 3º trimestres, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas, em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

2. Gestão Patrimonial

2.1. Bens Móveis e Equipamentos

Até setembro de 2005, a SAIN possuía 36 (trinta e seis) estações de trabalho, das quais 26 (vinte e seis) pertencem ao patrimônio do Serviço de Processamento de Dados - SERPRO, 5 (cinco) que estavam locadas pela COGRL/SPOA/MF, através de contrato com a empresa Comercial Firacuse Ltda., e 5 (cinco) que continuam na SAIN, locadas também pela COGRL/SPOA/MF à empresa Microcity Computadores Ltda. Além dessas estações de trabalho, a Secretaria possui 2 (dois) *notebooks* pertencentes ao SERPRO.

A partir do mês acima mencionado, a Secretaria renovou quase que totalmente o seu parque de informática, tendo sido inserida no termo aditivo ao Contrato nº 32/2003, firmado pela COGRL/SPOA/MF com a Microcity Computadores Ltda. e passando a dispor de 40 (quarenta) estações de trabalho, sendo 35 (trinta e cinco) novas e 5 (cinco) que já se encontravam na SAIN. Além dessas estações de trabalho, a Secretaria possui os 2 (dois) *notebooks* do SERPRO, 2 (duas) impressoras Lexmark C720, sendo uma pertencente ao SERPRO e a outra locada pela COGRL/SPOA/MF em contrato com a empresa Nova Data, e 3 (três) *notebooks* pertencentes ao acervo da SAIN.

Esclarecemos que as 26 (vinte e seis) estações de trabalho pertencentes ao SERPRO foram devolvidas para a COGRL/SPOA/MF, no Edifício Órgãos Centrais - 6º andar, sala 624, tendo sido o pedido para devolução efetuado através de ocorrência registrada junto à Central de Atendimento ao SERPRO - CAS. As 5 (cinco) estações de trabalho locadas pela SPOA à empresa Comercial Firacuse Ltda. também foram devolvidas à COGRL/SPOA, no mesmo endereço acima mencionado.

3. Gestão de Recursos Humanos

3.1. Ações de Valorização do Servidor

A SAIN participou do Programa 2005 de Premiação de Desempenho Funcional, promovido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA, indicando 1 (um) servidor que foi homenageado pelo bom desempenho funcional.

Durante o ano de 2005, houve a participação de servidores nos seguintes cursos e seminários: “Reciclagem Gramatical” (1); “Redação Oficial” (1); “I Semana de Administração Orçamentária e Financeira & Modalidade de Compras do Governo Federal” (1), promovidos pela Escola de Administração Fazendária - ESAF e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; “II Curso Sobre Lei de Responsabilidade Fiscal” (1), promovido pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP; “IV Seminário Nacional HDL para Secretárias e Assessores” (1), promovido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional e Cultural Ltda.; e “Línguas Inglesa (2) e Espanhola (1)”, promovidos pela Escola de Administração Fazendária - ESAF.

3.2. Terceirização de Mão de Obra

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concursos para esta categoria, a SAIN contou com 9 (nove) empregados terceirizados, na qualidade de auxiliares, contratados à empresa Ravele Locação de Serviços Ltda. pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - COGRL da SPOA.

3.3. Ações Disciplinares - Correcionais

Atendendo a recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, em Relatório de Auditoria nº 166007, de 18 de dezembro de 2005, foi constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme Portaria SAIN nº 18, de 15 de dezembro de 2005.

4. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

4.1. Custos/Gastos em Contratações

As despesas no exercício de 2005 para manutenção da ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, conforme consta do balancete da Secretaria no SIAFI, atingiram os seguintes percentuais:

Natureza da despesa	Despesa	Percentual
339014	402.995,94	45,45%
339033	523.657,54	55,16%
339030/339036/339039/339093	21.317,62	2,24%
449052	1.350,00	0,14%
Total da Despesa:	R\$: 949.321,10	

Obedecendo aos princípios de eficiência, eficácia e economicidade, a SAIN teve os seguintes gastos com contratações:

Compras

As passagens aéreas foram adquiridas através do contrato nº 041/2004, firmado pela Coordenação de Recursos Logísticos da SPOA com a empresa TRIPS Passagens e Turismo Ltda.

A aquisição de material no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria e, em sua maioria, o recurso foi descentralizado para aquisição através da COGRL/SPOA.

Serviços

Os gastos restringiram-se à aquisição de materiais e a pequenos serviços de reparos de bens móveis. Houve também descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA para pagamento de assinatura de periódicos e outros serviços, tais como gastos com terceirizados, mídia impressa, Tim Celular, Locação de Computadores e reforma do espaço administrativo.

4.2. Custos/Gastos com Convênios e Parcerias

Não houve transferência de recursos mediante convênios, ajuste, termo de parcerias ou outros instrumentos congêneres, nem a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

No exercício de 2005, a SAIN manteve 5 (cinco) estagiários, visando proporcionar aos estudantes experiência prática na linha de formação e propiciar complementação de ensino e aprendizagem, bem como integração e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O recurso para o respectivo pagamento foi descentralizado para a COGRL/SPOA, que mantém convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE.

4.3. Gestão dos Estoques

A SAIN não dispõe de estoques. As aquisições destinaram-se exclusivamente ao consumo imediato.

5. Controles da Gestão

Demandas de Comissões Parlamentares, Diligências emanadas do TCU e/ou recomendações formuladas pela SFC no Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2004.

5.1. Controles Externos

Não houve diligências e/ou recomendações do TCU no exercício.

5.2. Controles Internos

Houve recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 160037/2004 (subitem 4.1.2, alínea “c”), relativa à **atuação da SFC no que se refere à alocação de recursos de custeio administrativo a partir de 2005. A referida recomendação foi atendida pela SAIN e informada à SFC, em 30.06.2005, por meio do formulário “Plano de Providências” da CGU/DEFAZ/SFC.**

6. Gestão Operacional

6.1. Gerenciamento de Processos Operacionais

Houve orientação da Secretaria Federal de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria nº 160037/2004 (subitem 5.1), no que se refere a **deixar claro no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN a responsabilidade dos gestores na Ação Assistência Técnica em Assuntos Internacionais (4479)**. A referida orientação foi acatada pela SAIN e informada à SFC, em 30.06.2005, por meio do formulário “Plano de Providências” da CGU/DEFAZ/SFC.

6.2. Avaliação dos Resultados

Registramos que a Equipe de Auditoria acatou as ponderações dos gestores da Secretaria no que se refere ao desenvolvimento de indicadores que permitam à SAIN avaliar o desempenho de suas atividades (v. Relatório de Auditoria nº 160037/2004 - subitem 4.1.2.1, alínea “b”), tendo sugerido, entretanto, que os administradores, independentemente da participação dos técnicos da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, continuem buscando alternativas para o desenvolvimento dos referidos indicadores.

Informamos que em 2005 não foi possível dar continuidade a estudos nesse sentido, não apenas em função da diversidade e complexidade das atividades da Secretaria, mas, também, devido às novas competências atribuídas à SAIN, conforme pode ser constatado às fls. 2 e 3 deste Relatório, sem que a Secretaria tenha recebido quantitativo suficiente de servidores para o adequado cumprimento de todas elas.

Assim sendo, e não obstante o Manual de Elaboração de Programas da SPI/MP não especificar a necessidade de haver indicadores para programas de Gestão de Políticas, conforme já mencionado no Relatório de Gestão de 2004, levamos em conta a citada sugestão da Equipe de Auditoria e voltamos a solicitar à SFC que considere a possibilidade de agendar um cronograma de encontros com administradores e técnicos da SAIN, de forma a que possam, em conjunto, desenvolver um modelo capaz de mensurar o desempenho da Secretaria.

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Secretário de Assuntos Internacionais